



PREFEITURA DE
SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

SECRETARIA MUNICIPAL
CONTROLE INTERNO
(SEMCI)



Página 1 de 20

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SE
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
1º TRIMESTRE DE 2022

SIMÃO DIAS/SE
MARÇO/22

Sumário

I – INFORMAÇÕES	3
II – INTRODUÇÃO E OBJETO.....	4
III – FONTES DE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE.	4
IV – PLANEJAMENTO	6
4.1 DO ORÇAMENTO	6
V - RESULTADO DO CONTROLE:.....	6
5.1 - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	7
5.1.1 - Demonstrativo da Receita Estimada e Arrecadada	7
5.2 - Demonstrativo da Receita Arrecadada e Despesa Liquidada.....	9
5.3 - Demonstrativo da Despesa Realizada, Liquidada e Paga.....	9
5.3.1 - Restos a Pagar	11
5.3.2 - Repasse das Receitas Retidas	11
5.3.3 - Conciliações Bancárias	11
I - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF).....	11
6.1 Limite com pessoal em relação à receita corrente líquida	11
6.1.1 – Subsídios.....	12
6.1.2 – Despesas Com O Poder Legislativo	12
6.2 Relatórios bimestrais	12
6.3 Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)	13
6.4 Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)	13
6.5 – Aplicação do limite mínimo constitucional para aplicação em Ações em Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	13
6.6 - Dos Benefícios e Doações concedidas.....	15
6.7 - Diárias	14
6.8 Recomendações e/ou notificações emitidas pela Controladoria.....	16
VII – PATRIMÔNIO	18
7.1 – Bens Móveis	18
7.2 Almojarifado	18
VIII – ENTREGA DE INFORME MENSAL AO SAGRES	18
IX – CONCLUSÃO	19
C E R T I D ã O	20

I – INFORMAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prefeito: **CRISTIANO VIANA MENESES**

Endereço: Rua Presidente Vargas nº 129, Centro, Simão Dias/SE - CEP: 49.480-000

Telefone: (79) 3611-1382 / 3611-2218

Período de Exame: **03.01.2022 a 31.03.2022**

II – INTRODUÇÃO E OBJETO

Em estrito cumprimento ao mandamento Constitucional e às disposições da Lei Complementar nº 101/2000, Resolução TCE nº 206 de 1º de novembro de 2001, a Secretaria Municipal de Controle Interno deste Município, realizou análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão supramencionado, correspondente ao **1º TRIMESTRE** do corrente exercício, cujos resultados relatamos a seguir.

III – FONTES DE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE.

Os trabalhos do controle interno foram conduzidos de acordo com os Princípios de Contabilidade Pública, assim como em respeito às normas e procedimentos constantes na Resolução nº 206/2001, de 1º de novembro de 2001, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

Na execução dos trabalhos, foram utilizados, principalmente, as seguintes fontes e critérios:

- Constituição Federal e Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal;
- Lei Federal n.º 4.320/1964 – Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações, Lei 10.520/2002 – Instituem normas para licitações e contratos na Administração Pública; Lei complementar n.º 101/2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 931/2021 de 11 de junho de 2021 – Diretrizes para o Exercício de 2022 – LDO;
- Lei Municipal nº 961/2021, de 13 de dezembro de 2021 – Estima a receita e fixa a despesa para o Exercício Financeiro de 2022 – LOA;
- Lei Municipal nº 962/2021, de 13 de dezembro de 2021, institui o Plano Plurianual de Aplicação – PPA, para o período de 2022-2025;

Os principais procedimentos de controle utilizados foram os seguintes:

- Levantamento de dados orçamentários, financeiros e patrimoniais no sistema Contábil, confrontando-os com a documentação suporte; Conferência de cálculo;
- Exames em Procedimentos Licitatórios, envolvendo Contratos, Termos Aditivos, Adesão a Ata de Registro de Preço, Inexigibilidade e Pregão Presencial.
- Exame nos Documentos de Receitas;
- Certificação do Repasse da Prefeitura Municipal;
- Exame nos controles do material permanente;
- Exame nos controles do material de consumo;
- Análise no cumprimento as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Exame de Convênios e prestação de Contas.

Os trabalhos do controle interno abrangem o período de **03.01.2022 a 31.03.2022** e alcançaram as áreas a seguir relacionadas:

- Orçamento inicial e suas alterações;
- Execução Orçamentária e Financeira;
- Contabilidade;
- Licitações.

IV – PLANEJAMENTO

4.1 DO ORÇAMENTO

O orçamento para o exercício financeiro de **2022** foi aprovado pela **Lei Nº 961/2021** de **13 de dezembro de 2021**, alocando recursos na ordem de **R\$ 93.500.000,00** (noventa e três milhões e quinhentos mil reais), os quais correspondem aos dois poderes que compõem a Administração Pública Municipal, estando assim distribuídos:

Receitas correntes	101.200.000,00
Deduções da receita corrente	(8.610.000,00)
Receitas de capital	910.000,00
Receita intraorçamentária	0,00
Total da receita	93.500.000,00
Despesas correntes	85.602.550,00
Despesas de capital	7.434.500,00
Reserva de contingência	462.950,00
Constituição de reserva orçamentária do RPPS	0,00
Despesa intraorçamentária	0,00
Total da despesa	93.500.000,00

No período foram abertos créditos adicionais que suplementaram **R\$ 19.724.823,98** e anularam **R\$ 17.199.823,98**, o resultado da diferença trata do decreto de superávit apurados no período.

V - RESULTADO DO CONTROLE:

Da análise efetuada, constatamos que durante o trimestre foram elaborados Demonstrativos de acordo com os Princípios da Contabilidade Pública, as Normas Gerais de Direito Financeiro preconizadas na Lei Nº 4.320 de 17 de março de 1964, e as Instruções e Resoluções editadas pelo Tribunal de Contas do Estado, com observâncias aos aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais.

5.1 - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1.1 - Demonstrativo da Receita Estimada e Arrecadada

Os dados a seguir demonstram que a Receita Arrecadada para o período avaliado foi de **R\$ 24.574.707,81** (Vinte e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, setecentos e sete reais e oitenta e um centavos).

	ESTIMADA NO EXERCÍCIO	ARRECADADA NO PERÍODO	DIFERENÇAS
RECEITAS CORRENTES	103.781.950,00	26.965.869,44	76.816.080,56
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-11.006.200,00	-3.013.190,80	-7.993.009,20
RECEITAS DE CAPITAL	724.250,00	622.029,17	102.220,83
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00
TOTAL	93.500.000,00	24.574.707,81	68.925.292,19

A tabela a seguir, demonstra a Receita Orçamentária por Fonte de Recursos, por meio de um demonstrativo sintético, dos dados consolidados:

Receita Orçamentária por Fonte de Recurso – Demonstrativo Sintético DE 03/01/2022 à 31/03/2022					
FONTE DE RECURSOS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadação		Diferenças
			No Período	Acumulado	
10010000 - Recursos Ordinários	28.770.600,00	28.770.600,00	12.499.715,69	34.063.587,01	5.292.987,01
11110000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	4.625.100,00	4.625.100,00	112.883,59	314.398,87	-4.310.701,13
11120000 - Transferências do FUNDEB 60%	27.117.000,00	27.117.000,00	4.720.337,54	13.729.823,34	-13.387.176,66
11130000 - Transferências do FUNDEB 40%	4.883.000,00	4.883.000,00	2.009.640,31	7.832.314,63	2.949.314,63
11200000 - Transferências do Salário-Educação	1.000.000,00	1.000.000,00	145.906,07	471.122,53	-528.877,47
11210000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	20.000,00	20.000,00	3.099,61	6.194,86	-13.805,14
11220000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	600.000,00	600.000,00	152.232,53	456.589,88	-143.410,12
11230000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	700.000,00	700.000,00	4.143,12	230.343,78	-469.656,22
11240000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	100.000,00	100.000,00	2.486,09	4.305,50	-95.694,50
11250000 - Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Educação	277.000,00	277.000,00	222,00	485,55	-276.514,45
11500000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00	1.000,00	111,00	111,67	-888,33
11510000 - Transferências do FUNDEB - Remuneração de Depósitos Bancários	3.000,00	3.000,00	1.744,97	1.746,99	-1.253,01
11900000 - Outros Recursos Vinculados à Educação	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	-10.000,00
12110000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	9.179.300,00	9.179.300,00	79.984,17	219.300,11	-8.959.999,89
12130000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	-450.000,00



12140000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	9.522.000,00	9.522.000,00	2.224,05	2.237,58	-9.519.762,42
12149919 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde para ações de combate ao COVID-19	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	-48.000,00
12150000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	299.900,00	299.900,00	0,00	0,00	-299.900,00
12159919 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde para ações de combate ao COVID-19	100,00	100,00	0,00	0,00	-100,00
12200000 - Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Saúde	327.000,00	327.000,00	222,00	223,35	-326.776,65
12500000 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00	1.000,00	111,00	111,67	-888,33
12903110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13110000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	1.202.000,00	1.202.000,00	1.111,02	1.117,77	-1.200.882,23
13119919 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS para ações de combate ao COVID-19	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	-8.000,00
13120000 - Transferências de Convênios - Assistência Social	52.000,00	52.000,00	222,00	223,35	-51.776,65
13900000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	-200.000,00
15100000 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União	202.000,00	202.000,00	212.271,35	535.715,61	333.715,61
15200000 - Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados	192.000,00	192.000,00	16.227,00	16.233,52	-175.766,48
15300000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo	600.000,00	600.000,00	193.299,87	516.146,93	-83.853,07
15400000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo	100.000,00	100.000,00	33.751,92	89.529,45	-10.470,55



5.2 - Demonstrativo da Receita Arrecadada e Despesa Liquidada

O quadro abaixo evidencia um comparativo de Receita e Despesa Realizada por fonte:

Comparativo Receita e Despesa Realizada por Fonte - Consolidado				
De 03/01/2022 à 31/03/2022				
Fonte de Recursos	Receita Arrecadada	Despesa		
		Empenhada	Liquidada	Paga
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	13.978.287,97	26.483.860,45	6.568.119,87	6.121.203,68
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	0,00	3.956.135,21	1.012.128,07	882.219,26
15400001 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.636.275,47	5.551.438,23	1.345.952,47	1.273.539,83
15401070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	2.272.465,56	20.185.373,85	4.759.288,26	4.473.202,45
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	230.560,40	0,00	0,00	0,00
15421070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	3.628.709,42	0,00	0,00	0,00
15500000 - Transferência do Salário-Educação	187.626,17	1.116.893,40	0,00	0,00
15510000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	26,37	1.456,00	1.456,00	1.456,00
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	55.841,57	264.612,69	24.088,37	0,00
15530000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	13.881,29	1.378.918,80	0,00	0,00
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	6.194,63	66.767,03	53.630,83	53.630,83
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	167.660,71	38.907,90	38.807,90	38.807,90
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	491.424,70	16.000,00	16.000,00	0,00
17040000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	246.349,90	0,00	0,00	0,00
17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	33.832,24	0,00	0,00	0,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	12.036,82	0,00	0,00	0,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	609.309,75	1.967.647,81	689.360,15	662.682,77
17990000 - Outras Vinculações Legais	4.224,84	0,00	0,00	0,00
18981401 - Transferências da União para ações emergenciais destinadas ao setor cultural	0,00	638,64	638,64	638,64
TOTAIS:	24.574.707,81	61.028.650,01	14.509.470,56	13.507.381,36

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

5.3 - Demonstrativo da Despesa Realizada, Liquidada e Paga

A Despesa empenhada no período atingiu o montante de **R\$ 80.252.580,55 (oitenta milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos)**. O total de despesas liquidadas no período importou em **R\$ 20.972.111,88 (vinte milhões, novecentos e setenta e dois mil, cento e onze reais e oitenta e oito centavos)**. Do volume acumulado de despesas

empenhadas e devidamente liquidadas, foi pago neste trimestre a importância de **R\$ 19.739.287,22 (dezenove milhões, setecentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos)** conforme detalhamento na tabela resumo abaixo:

--	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	LIQUIDADADA A PAGAR
ACUMULADO	80.252.580,55	20.972.111,88	19.739.287,22	60.513.293,33

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

Na tabela a seguir registramos as Despesas Orçamentárias por Poder e Órgão, em um quadro demonstrativo, de dados consolidados:

Despesa Orçamentária por Poder e Órgão - Demonstrativo – Consolidado												
MARÇO/2022												
Especificação	Dotação Inicial	Crédito		Dotação Atualizada	Empenhos		Liquidações		Pagamentos		Saldos	
		Adição	Anulação		No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	A Pagar	Disponível
Poder Executivo	89.190.000,00	19.724.823,98	17.199.823,98	91.715.000,00	22.191.785,89	80.252.580,55	11.051.003,98	20.972.111,88	10.757.853,49	19.739.287,22	60.513.293,33	11.462.419,45
02000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS	64.227.380,00	12.759.896,60	10.234.896,60	66.752.380,00	5.976.487,24	61.028.650,03	5.271.212,04	14.509.470,56	5.158.479,20	13.507.381,36	47.521.268,67	5.723.729,97
03000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	21.364.800,00	5.102.812,19	5.102.812,19	21.364.800,00	651.753,47	15.873.930,50	1.787.696,03	5.284.777,37	1.824.496,29	5.126.681,09	10.747.249,41	5.490.869,50
04000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	3.597.820,00	1.862.115,19	1.862.115,19	3.597.820,00	358.491,78	3.367.123,65	486.899,79	1.169.749,17	472.693,20	1.105.224,77	2.261.898,88	230.696,35
Total Geral:	89.190.000,00	19.724.823,98	17.199.823,98	91.715.000,00	22.191.785,89	80.252.580,55	11.051.003,98	20.972.111,88	10.757.853,49	19.739.287,22	60.513.293,33	11.462.419,45

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

Após análise dos dados demonstrados, foi orientado aos ordenadores que eles podem programar suas despesas **observando o orçamento e a disponibilidade de caixa** para custeá-las, fazendo cumprir dessa forma o **princípio do equilíbrio orçamentário**. E o dispositivo do § 1º do artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei 101/2000.

5.3.1 Restos a pagar

A partir dos registros encontrados contabilizados foi levantado um volume de restos a pagar consolidados para demonstração. Foi destacada a importância de analisar esses informes e traçar uma estratégia para a sua quitação e /ou regularização de acordo com cada caso.

Dados de Consolidação Atual 2021	R\$ 214.375,90
---	-----------------------

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

5.3.2 Repasse das receitas retidas

Encaminharemos orientação, ao Prefeito Municipal, Gestores de Fundos e Secretária de Finanças e Tributos que deve ser feito um controle rigoroso nas receitas extras, pois estas não pertencem ao município e devem ser repassadas ao seu proprietário final, para se evitar problemas com apropriação indébita de **consignações, pensão alimentícia, contribuições sociais e patronais** dentre outras.

5.3.3 Conciliações Bancárias

Foi identificada na criação deste relatório a necessidade de regularização das conciliações existentes, na oportunidade estaremos prontamente orientando aos secretários e gestores.

Que as conciliações não devem jamais ser ultrapassado o período de 90 dias.

Visando propor resolutividade a controladoria levantou os seguintes registros, onde será repassado de acordo com a necessidade de fazer os ajustes e proceder com a compensação das conciliações.

Relação Consolidada das Conciliações 2022			
CONTA CORRENTE	DATA	VALOR	ORGÃO
ag. 26913 c/c 17.456-4 banco do brasil	23/07/2022	R\$ 881,10	Prefeitura
ag. 26913 c/c 35.115-6 banco do brasil	10/12/2020	R\$ 159.037,63	Prefeitura
ag. 26913 c/c 35.115-6 banco do brasil	10/12/2020	R\$ 34.145,38	Prefeitura
ag.26913 c/c 36.255-7 banco do brasil	23/07/2020	R\$ 2.071,70	Prefeitura
ag.326 c/c 300.001-7 banese	29/12/2020	R\$ 2.090,00	Prefeitura
ag. 326 c/c 300.182-0 banese	19/04/2021	R\$ 5.780,00	Prefeitura
ag. 21768 c/c 115-8 caixa	29/12/2021	R\$ 67,05	Prefeitura

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

I - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, visando manter o equilíbrio entre as receitas arrecadas e as despesas realizadas. A seguir apresentamos comentários sobre os pontos específicos:

6.1 Limite com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida

Os gastos realizados com pessoal durante os últimos três meses representam **57,85%** de um limite prudencial de 51,30% e limite legal de 54% levantamento feito pela equipe técnica de contabilidade do município com base na resolução nº 320 e nº 321, o limite excedente deverá ser eliminado nos quadrimestre seguintes, em conformidade com o art. 23 da LRF,

OBS: Conforme Resoluções 320 e 321/2019 do TCE/SE, dispõe sobre a incidência de recursos transferidos pela União por intermédio de programas federais no cálculo das despesas com pessoal nos municípios do Estado de Sergipe estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

6.1.1 – Subsídios

Os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretário para a atual legislatura foram fixados através da Lei nº 887, de 12 de novembro de 2020, em **R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**, **R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)** e **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)** respectivamente.

6.1.2 – Despesas Com O Poder Legislativo

O Total da despesa com o Poder Legislativo Municipal, considerando os repasses efetuados até o período em exame, atingiu o montante de **R\$ 1.050.306,76 (um milhão e cinquenta mil trezentos e seis reais e setenta e seis centavos)**. Assim, levando-se em consideração o valor já transferido e o limite máximo estabelecido pelo Art. 29-A, da Constituição Federal (7% da receita do exercício anterior), que equivale a **R\$ 4.201.251,12 (quatro milhões e duzentos e um mil e duzentos e cinquenta e um reais e doze centavos)**, o Poder Executivo não deve efetuar nos meses seguintes deste exercício, repasses que ultrapasse o valor de **R\$ 3.150.944,36 (três milhões e cento e cinquenta mil e novecentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos)**.

CAMARA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SE			
19/01/2022	1	Repasso para o legislativo – janeiro/2022	RS 350.098,24
17/02/2022	2	Repasso para o legislativo – fevereiro/2022	RS 350.104,26
17/03/2022	3	Repasso para o legislativo – março/2022	RS 350.104,26
TOTAL DE REPASSE			RS 1.050.306,76
TOTAL REGISTROS:			03

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

6.2 Relatórios bimestrais

Identificamos os relatórios resumidos da Execução Orçamentária (bimestral), que foram elaboradas pelo contador e encaminhados ao TCE, em obediência à LRF.



6.3 - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Foram aplicados **R\$ 2.670.061,18 (dois milhões e seiscentos e setenta mil e sessenta e um reais e dezoito centavos)**, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o que representa 23,35 % (vinte e três vírgula trinta e três por cento), de um percentual exigido de 25% (vinte e cinco por cento), das receitas resultantes de impostos, compreendidas as provenientes de transferências, que somaram o valor de **11.435.511,10 (onze milhões e quatrocentos e trinta e cinco mil e quinhentos e onze reais e dez centavos)**, informações estas obtidas através do Demonstrativo da Aplicação da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino fornecido pela Equipe Técnica, ficou abaixo da mínima prevista na Constituição Federal, ficando esse percentual a ser atingido nos trimestre seguintes.

6.4 - Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)

Com relação ao Fundo de Desenvolvimento da Educação as Contribuições para formação do FUNDEB somaram um montante de **R\$ 2.107.553,03 (dois milhões e cento e sete mil e quinhentos e cinquenta e três reais e três centavos)**, O que representa 46,67% (quarenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) de um percentual exigido 70% (setenta por cento), dados fornecidos pela equipe Técnica de Contabilidade do Município.

6.5 – Aplicação do limite mínimo constitucional para aplicação em Ações em Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Foram aplicados **R\$ 1.897.989,67 (um milhão e oitocentos e noventa e sete mil e novecentos e oitenta e nove reais e sessenta e sete centavos)**, em despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), o que representa **16,60%** (dezesseis vírgula sessenta por cento) de um percentual exigido de 15% (quinze por cento), das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais e legais que representam um montante de **R\$ 11.435.511,10 (onze milhões e quatrocentos e trinta e cinco mil e quinhentos e onze reais e dez centavos)**. As informações foram obtidas através do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, fornecido pela equipe técnica. Ficou acima do mínimo previsto pela constituição federal.

GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	VALOR - R\$
Valor aplicado em ações e serviços de saúde	1.897.989,67
Percentual aplicado	16,60%

6.6 – Dos Benefícios e Doações Concedidas

Nessas despesas estão incluídos benefícios eventuais com distribuição gratuita, ofertados pelo Fundo Municipal de Saúde, em concordância com a Lei 941/2021, de 28 de Julho de 2021, que de acordo com seu Art. 5º, estão englobados os medicamentos, leite, complemento nutricional e fraldas descartáveis e outros itens inerentes à área da saúde disponibilizados através da farmácia básica do município.

6.7 - Diárias

No período analisado foram concedidas diárias a servidores e agentes políticos, no valor de **R\$ 9.820,00 (nove mil e oitocentos e vinte reais)**, concedidas e pagas com base nos valores fixados pela Lei Municipal nº 716, de 19 de abril de 2017 e na Resolução 297/2016, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

A seguir construímos uma tabela resumo, com a demonstração das Diárias concedidas por órgão:

PREFEITURA MUN. SIMÃO DIAS/SE De 03/01/2022 à 31/03/2022				
Data	Proc.	Emp.	Data Emp.	Pago Líquido
24/01/2022	153	350	17/01/2022	240,00
24/01/2022	154	356	18/01/2022	240,00
24/01/2022	155	348	17/01/2022	240,00
24/01/2022	156	349	17/01/2022	320,00
				1.040,00
04/02/2022	562	421	02/02/2022	60,00
				60,00



07/02/2022	581	336	13/01/2022	750,00
07/02/2022	584	334	13/01/2022	750,00
07/02/2022	585	335	13/01/2022	750,00
				2.250,00
23/02/2022	960	485	21/02/2022	120,00
23/02/2022	961	484	21/02/2022	120,00
				240,00
10/03/2022	1094	575	08/03/2022	120,00
				120,00
14/03/2022	1107	624	11/03/2022	60,00
				60,00
25/03/2022	1362	818	22/03/2022	1.050,00
25/03/2022	1363	819	22/03/2022	750,00
25/03/2022	1366	817	22/03/2022	1.050,00
				2.850,00
29/03/2022	1571	829	24/03/2022	60,00
29/03/2022	1572	828	24/03/2022	80,00
29/03/2022	1573	830	24/03/2022	60,00
29/03/2022	1574	821	22/03/2022	80,00
				280,00
Total Geral				6.900,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
06/01/2022	7	120	05/01/2022	250,00
Total Geral				250,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
03/02/2022	204	329	03/02/2022	60,00
				60,00
07/02/2022	210	240	13/01/2022	750,00
				750,00
11/02/2022	315	317	01/02/2022	60,00
11/02/2022	316	318	01/02/2022	60,00
11/02/2022	585	335	01/02/2022	60,00
11/02/2022	318	320	01/02/2022	60,00
				240,00
21/02/2022	360	357	18/02/2022	250,00
				250,00
07/03/2022	489	392	03/03/2022	250,00
				250,00
10/03/2022	512	404	10/03/2022	250,00
				250,00
18/03/2022	591	408	15/03/2022	250,00
				250,00
21/03/2022	596	418	21/03/2022	250,00
				250,00
24/03/2022	674	419	21/03/2022	60,00

24/03/2022	675	420	21/03/2022	60,00
24/03/2022	681	428	24/03/2022	250,00
				370,00
Total Geral				2.670,00
Total de Diárias				9.820,00

6.8 Recomendações e/ou notificações emitidas pela Controladoria

Demonstramos nesta seção, algumas recomendações, e/ou notificações emitidas nos termos das competências do Sistema de Controle Interno deste município aos órgãos a ele subordinados.

Nº do Documento	Data	Órgão notificado	Tema Abordado
Memorando -01/2022	04/01/2022	Secretaria Municipal de Finanças e Tributos	Damos ciência do recebimento de um e-mail da CAT Consultoria, relacionado aos saldos contábeis e consequentemente o fechamento contábil do mês 12/2021, para devida conferência e envio da prestação de contas para o TCE/SE. Chamamos atenção aos prazos para envio das documentações necessárias da prestação de contas 2021.
Memorando - 002/2022	10/01/2022	Aos Secretários Municipais de Simão Dias/SE	Enviamos o Decreto nº 2.908/22 de 07 de janeiro de 2022, que institui o calendário dos feriados e pontos facultativos, referente ao exercício 2022, para o cumprimento pelos órgãos do Poder Executivo Municipal.
Memorando -003/2022	10/01/2022	Diretora de Recursos Humanos	Encaminhamos o Decreto nº 2.909, de 07 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a atualização do salário mínimo mensal, conforme estabelecido na medida provisória 1.091 emitida pelo Governo Federal de 31 de dezembro de 2021, orientamos ainda que fosse feito o reajuste aos servidores públicos.
Memorando - 004/2022	10/01/2022	Secretaria Municipal de Administração	Encaminhamos os Decretos nº 2.907 e 2.910 de 03 e 07 de janeiro de 2022, que estabelecem o calendário fiscal para cobrança e pagamento dos tributos municipais para o exercício de 2022.
Memorando - 009/2022	02/02/2022	Secretaria Municipal de Saúde	Solicitamos documentação comprobatória dos pagamentos dos medicamentos de doação para as famílias carentes deste município, durante o exercício 2021.
Memorando - 015/2022	14/03/2022	Diretora do Departamento de Recursos Humanos	Comunicado sobre o sancionamento das Leis nº 974/2022 e 975/2022, de 11 de março de 2022, que trata da redação do artigo 3º da Lei 964/2021, que dispõe sobre procedimento de cessão e de permuta temporária de servidores ou empregado público da administração direta do município de Simão Dias/SE.
Memorando - 016/2022	14/03/2022	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Envio da Lei 964/2022 republicada em 11 de março de 2022, com alteração da redação do artigo 3º, que dispõe sobre procedimento de cessão e permuta temporária de servidores deste município.
Memorando - 023/2022	25/03/2022	Secretaria Municipal Finanças e Tributos	Encaminhamos Decreto nº 2.916 de 25 de Março de 2022, que atualiza a tabela II, anexo a Lei Municipal nº 716/2017, com base no § 1º, art. 6º da citada Lei. O que trata do valor a ser ressarcido por quilometro rodado a servidor publica que utilizar veiculo próprio quando estiver a serviços do interesse da Administração Publica Municipal
Memorando - 024/2022	25/03/2022	Secretaria Municipal de Administração	Encaminhamos Decreto nº 2.916 de 25 de Março de 2022, que atualiza a tabela II, anexo a Lei Municipal nº 716/2017, com base no § 1º, art. 6º da citada Lei. O que trata do valor a ser ressarcido por quilometro rodado a servidor publica que utilizar veiculo próprio quando estiver a serviços do interesse da Administração Publica Municipal
Memorando - 025/2022	25/03/2022	Secretaria Municipal Assistência Social	Encaminhamos Decreto nº 2.916 de 25 de Março de 2022, que atualiza a tabela II, anexo a Lei Municipal nº 716/2017, com base no § 1º, art. 6º da citada Lei. O que trata do valor a ser ressarcido



Nº do Documento	Data	Órgão notificado	Tema Abordado
			por quilometro rodado a servidor publica que utilizar veiculo próprio quando estiver a serviços do interesse da Administração Publica Municipal
Memorando - 025/2022	25/03/2022	Secretaria Municipal de Saúde	Encaminhamos Decreto nº 2.916 de 25 de Março de 2022, que atualiza a tabela II, anexo a Lei Municipal nº 716/2017, com base no § 1º, art. 6º da citada Lei. O que trata do valor a ser ressarcido por quilometro rodado a servidor publica que utilizar veiculo próprio quando estiver a serviços do interesse da Administração Publica Municipal
Notificação – 042/2022	04/01/2022	Secretaria Municipal Assistência Social	Notificamos o Senhor secretário a cerca das documentações solicitadas pela nossa assessoria jurídica na C.I nº 01/2022, que trata sobre o auto de infração que o município de Simão Dias/SE, sofreu a respeito da manutenção de menores com idade inferior a 16 anos na feira livre. Por essa razão, requer que tal determinação seja diligenciada no prazo de 03 dias a contar da data do recebimento.
Notificação – 001/2022	09/01/2022	Secretaria Municipal de Saúde	Notificação de relatório circunstanciado referente ao exercício de 2021, do fundo municipal de saúde, recomendamos que seja feito um trabalho pontual por parte do gestor da pasta, visando instruir as possíveis fragilidades citadas. E que após analise feita o controlador seja informado.
Notificação - 002/2022	10/01/2022	Secretaria Municipal Assistência Social	Notificamos ao senhor secretário que seja observado os prazos e procedimentos a serem adotadas no inicio e ao longo do ano no âmbito desta secretaria. Informamos que os referidos se faz necessário para organização da gestão da Assistência Social.
Notificação – 003/2022	20/01/2022	Diretora do Departamento de Recursos Humanos	Informamos que o Ministério do Trabalho e Previdência divulgou Portaria Interministerial nº 12 de 17 de janeiro de 2022.
Notificação – 007/2022.	21/02/2022	Secretaria Municipal de Saúde	Recomendamos ao Excelentíssimo Secretário Municipal de Saúde, que comunique aos seus servidores a respeito do decreto nº 2.908/2022 os serviços públicos essenciais no período carnavalesco deverão continuar normalmente. Ressaltamos que eventuais folgas, ou ajustes de equipes devem ocorrer de maneira que o serviço ofertado não seja interrompido.
Notificação – 010/2022	18/03/2022	Aos Secretários Municipais e Gestores dos Fundos	Recomendamos que seja apresentado junto q nota fiscal, certidões negativas, relatórios de serviços técnicos profissionais especializados, prestados pelas empresas contratadas, para exercerem os trabalhos de consultoria, assessoria e treinamento, conforme art. 13 da Lei nº 8.666/93. Ao tempo que notificamos a Sec. de Finanças e Tributos, bem como gestores dos fundos que se abstenham, de realizar tais pagamentos na falta dos critérios citados.
Notificação – 011/2022	08/03/2022	Secretario Municipal de Saúde	Notificamos quanto ao envio das documentações para o escritório de contabilidade CAT, referente a conferencia de fechamentos mês de fevereiro/2022.
Notificação – 013/2022	24/03/2022	Sec. Mun. de Administração, Planejamento e Orçamento.	Competência para instauração de processo administrativo disciplinar em face do servidor publico municipal.
Notificação – 014/2022	24/03/2022	Sec. Mun. de Finanças e Tributos	Competência para instauração de processo administrativo disciplinar em face do servidor publico municipal.
Notificação – 015/2022	24/03/2022	Sec. Mun. de Infraestrutura e Urbanismo	Competência para instauração de processo administrativo disciplinar em face do servidor publico municipal.
Notificação – 016/2022	24/03/2022	Sec. Mun. Assist. Social	Competência para instauração de processo administrativo disciplinar em face do servidor publico municipal.
Notificação – 017/2022	24/03/2022	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Competência para instauração de processo administrativo disciplinar em face do servidor publico municipal.
Notificação – 018/2022	24/03/2022	Sec. Mun. de Saúde	Competência para instauração de processo administrativo disciplinar em face do servidor publico municipal.
Notificação – 019/2022	24/03/2022	Sec. de Agricultura, Irrigação e Defesa Civil	Competência para instauração de processo administrativo disciplinar em face do servidor publico municipal.
Notificação – 020/2022	24/03/2022	Sec. Mun. de Esporte, Lazer, e Turismo	Competência para instauração de processo administrativo disciplinar em face do servidor publico municipal.

VII – PATRIMÔNIO

7.1 – Bens Móveis

Os bens móveis adquiridos até este trimestre totalizaram **R\$ 264.284,89 (duzentos e sessenta e quatro mil e duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos)**. Verificamos, por amostragem, os bens adquiridos e constatamos que foram devidamente tombados, conforme preceitua a Resolução TCE/SE nº 160/92.

7.2 Almojarifado

O Almojarifado encontra-se completamente informatizado, funcionando nos moldes preconizados pela Resolução TCE/SE nº. 160/92, com a emissão do “Demonstrativo das Variações Patrimoniais” mensal para ser lançado no sistema contábil. Mantém o Almojarifado o registro dos bens adquiridos de forma individualizada, com sua competente descrição e preço de aquisição, objetivando um perfeito controle dos recebimentos, armazenamento e distribuição, de entrada e saída e de segurança de seus estoques.

VIII – ENTREGA DE INFORME MENSAL AO SAGRES

Atendendo as Resoluções TCS/SE nº 305 e 306/2017, foram entregues os informes mensais deste período, dentro dos prazos previstos nos referidos documentos.

IX – CONCLUSÃO

Deslinda-se que, o objetivo do presente relatório foi o de verificar a legalidade das transações operacionais da Prefeitura Municipal de Simão Dias/SE, de forma a permitir um conhecimento geral acerca do funcionamento do sobredito Poder Executivo.

Com efeito, este Controlador, exerceu função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal n. 4.320/64 Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais, elaborou o prolatado Relatório, a fim de subsidiar o Controle Externo, além de utilizar os dados como parâmetro de melhoria na prestação dos serviços públicos. Ademais, sempre que necessário, emitimos ofícios, comunicações internas e demais expedientes visando adequar a Administração ao arcabouço legal, alertando, e recomendando dentro de nossa competência, as demais Secretarias, a fim de buscarmos o fiel e integral cumprimento da legislação pertinente.

Isto posto, com intensão de servir de suporte e apoio ao Controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária, encaminhamos as informações colhidas, as quais estão condensadas nos itens supracitados.

Concluimos assim, informando que os elementos que serviram de base para a presente análise e relatório estão devidamente arquivados por esta Secretaria, à disposição dos Órgãos de Controle Externo.

Simão Dias/SE, 31 de março de 2022.

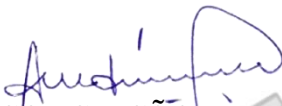


ANTÔNIO DA CONCEIÇÃO MENESES JÚNIOR
Secretário Municipal de Controle Interno
Portaria nº 2.573 de 01/01/2021

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que, o Relatório de Controle Interno, relativo ao 1º Trimestre do Exercício de 2022, apurou a função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal nº. 4.320/64, de 17/03/64, bem como às respectivas normas técnicas e procedimentos contábeis constantes na Instrução nº. 206/2001, de 01/11/2001, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais, obedecendo, portanto, todos os parâmetros da Contabilidade Pública, em conformidade com a Legislação vigente, a fim de servir de suporte e apoio ao controle Externo, no cumprimento de sua missão institucional.

Simão Dias/SE, 31 de março de 2022.



ANTÔNIO DA CONCEIÇÃO MENESES JÚNIOR
Secretário Municipal de Controle Interno
Portaria nº 2.573 de 01/01/2021